

Jogo 'sujo' só até 2014

O ano da Copa do Mundo é também o prazo para o fim dos lixões no Brasil. Se o país já está sofrendo para criar a infraestrutura do campeonato, que dirá para resolver o seu maior passivo ambiental.

Cristina Amorim e Giovana Girardi

Tenho vergonha. Só minha família sabe que estou aqui. Quando saio, tomo um banho, lavo as roupas e não conto pra ninguém.” Carolina, 20 anos, senta-se em frente a grandes sacos de nylon cheios de garrafas PET e abaixa a aba do boné para esconder o rosto, o que só torna mais visível seu constrangimento. Não se deixa fotografar, nem fala o sobrenome.

Em pé, atrás de Carolina, estão o marido, a mãe e o padrasto, todos catadores como ela, no maior lixão de Brasília – um dos muitos que persistem no Brasil. O cenário é devastador: uma montanha de lixo atrás, alguns canos aqui e acolá queimando metano, urubus e catadores

dividindo o mesmo espaço. Ela começou a trabalhar ali no começo de março, depois que o marido, peão de obras, ficou sem emprego, e quer sair tão logo alugue uma casa e compre os móveis.

Se os planos da jovem se confirmarem, o trabalho de separação do material para reciclagem no lixão – em um dos ambientes mais degradantes em que uma pessoa pode se situar na cadeia produtiva brasileira – talvez seja apenas uma triste memória em 2014, quando ela espera estar assistindo aos jogos da Copa do Mundo pela televisão que sonha comprar com o dinheiro vindo do lixo. Se os planos do governo se concretizarem, o próprio lixão será parte do passado.



Felipe Barra / 2011



Apu Gomes/Folhapress 2010



Adriano Vizoni/Folhapress 2011



Sergio Moraes / Latinstock 2011

A data dos jogos coincide com o prazo de cumprimento de várias metas estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), sancionada no ano passado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva após duas décadas tramitando. A lei determina que todos os lixões do Brasil sejam fechados nos próximos três anos. Estabelece que os municípios destinem a aterros sanitários apenas os resíduos que não sejam passíveis de reaproveitamento, inclusive para compostagem, e transfere para o fabricante parte da responsabilidade pela coleta dos resíduos. São metas para lá de ambiciosas, que podem ser bem difíceis de serem cumpridas.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), que lidera os trabalhos, é o primeiro a falar da improbabilidade imposta pela lei. Na época de sua regulamentação, em fevereiro, o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Silvano Silvério da Costa, admitiu que a meta é difícil de ser cumprida. O diretor do Departamento de Ambiente Urbano, Sérgio Gonçalves, relativiza em discordar. “É uma meta desafiadora.”

Se há dúvidas se o Brasil terá capacidade de ciceronear um evento do porte da Copa, com investimentos na ordem de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões, o que dizer de tratar da gestão correta do seu lixo no mesmo prazo, com investimentos previstos na ordem de R\$ 1,5 bilhão? E a questão nem deverá ser o dinheiro.

O tamanho da ambição pode ser calculado pela complexidade do problema. As soluções propostas para os desafios sociais, ambientais, logísticos e culturais são medidas em gerações, não em pares de anos. Em se tratando de lixo, se a bola bater na trave já será muito (ironia à parte, a própria Fifa – Federação Internacional de Futebol – exigiu soluções para os resíduos provenientes das reformas e construções dos estádios que vão abrigar os jogos).

Passivos

Os lixões são a faceta mais dura do gigantesco passivo gerado pelo histórico descaso com que o brasileiro trata os resíduos produzidos por seu estilo de vida, e de uma longa e confusa cadeia de uso e descarte.

Pouco mudou do século 19, quando os moradores das primeiras grandes cidades jogavam seus restos de comida e objetos quebrados pela janela, para cá, quando o lixo é deixado em sacos para ser recolhido por um caminhão. A sobra é terceirizada e vira responsabilidade do poder público, que por sua vez pouco faz para gerir adequadamente esse material. “A partir do momento em que existe o ser humano existe o lixo”, diz o chefe do local em Brasília, Cícero Lacerda, há 31 anos trabalhando no setor.

Mesmo quando o problema se tornou patente nas últimas décadas, com a sobrecarga dos lixões, e a ciência trouxe evidências dos danos de um descarte descuidado, como a contaminação do solo e de lençóis freáticos, o despejo sem tratamento dos resíduos sólidos continuou. O lixão de Brasília tem 50 anos, mesma idade da capital federal. A área recebe 3 mil toneladas de lixo por dia, que tendem a contaminar as águas que abastecem seu vizinho de muro, o Parque Nacional de Brasília – procurado pelos visitantes justamente por causa de suas piscinas cheias de água mineral do Cerrado.

Como ele, há milhares no país. A última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada no ano passado, indicava que 50,8% dos municípios brasileiros jogavam seus resíduos sólidos nos lixões em 2008, ano final considerado no levantamento. Em 1989, o índice era de impressionantes 88,2%. Em números absolutos, passamos de 3.902 para 2.810 cidades nessa situação. É uma melhora, sim. Mas insuficiente.

“O Brasil está na Idade da Pedra”, afirma Sandro Mancini, professor do curso da Unesp de Engenharia Ambiental em Sorocaba. De fato é essa a sensação que se sente ao ver os catadores em trajes sujos, com máscaras mal ajambradas feitas com camisetas, misturando-se ao lixo e respirando o ar com forte cheiro de chorume, colocando diariamente em risco sua vida entre caminhões e contaminantes para tirar, em um mês, um salário mínimo.

A própria lei tramitou por tempo demais antes de ser, finalmente, aprovada. Nesse

tempo, os lixões cresceram exponencialmente, com maior consumo de produtos industrializados. Em 2009, os 191 milhões de brasileiros produziram cerca de 57 milhões de toneladas de resíduos sólidos, quase metade disso nas grandes cidades, segundo o relatório “Panorama dos Resíduos Sólidos” da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais). Por dia, são geradas cerca de 150 mil toneladas.

A massa de lixo coletada se ampliou de 100 mil t/dia em 1989, quando surgiu a primeira versão de lei de resíduos no Congresso, para 149 mil t/dia em 2000 – um crescimento de 49%, enquanto entre 1991 e 2000 a população cresceu 16,43%, passando de 146.825.475 para 169.799.170 habitantes, de acordo com o IBGE.

O lento trâmite da lei, porém, teve uma consequência, por assim dizer, positiva. Enquanto o projeto de lei mofava na gaveta no Congresso, avançava a consciência ambiental, a coleta seletiva na sociedade começou a passos tímidos e o desenvolvimento tecnológico permitiu a reciclagem em série e a criação de um mercado para esses materiais. A demora também abriu espaço para longos debates que, juntamente com a pressão da indústria e dos catadores, acabaram possibilitando que um texto robusto fosse aprovado.

“A lei é excepcional e tecnicamente possível de ser implantada. É no componente político que mora o perigo”, afirma o professor Adilson Renóbio, da Faculdade de Engenharia da Unesp em Bauru. Ele teme que prazos perdidos façam com

que as metas sejam deixadas de lado e que transformem a lei em letra morta. “É premente uma destinação correta dos resíduos. Desperdiçamos muito material que poderia ser aproveitado.”

Uma análise amostral feita por Mancini e alunos de graduação da Unesp em Sorocaba no aterro de Indaiatuba entre 2004 e 2005 mostrou que 91% do material ali encontrado era passível de transformação e reaproveitamento. Metade era lixo orgânico – restos de comida, podas e folhas – que poderia ser destinado à compostagem. O restante dependia, em parte, de medidas relativamente simples para voltar à cadeia produtiva, evitando assim ser largado em lixões ou aterros.

Uma delas, explica o pesquisador, é a uniformização dos materiais usados, para tornar mais produtivo o sistema de reciclagem. Ele cita como exemplo o fato de duas marcas de leite fermentado usarem tipos diferentes de plástico, com composições químicas dispares – um é o poliestireno de alto impacto, o outro é o polietileno de alta densidade, o que impede que eles sejam reprocessados juntos. Outra medida é deixar de usar corantes em PET – as indústrias de reciclagem preferem as embalagens transparentes.

Empecilhos à reciclagem

O resultado do estudo é semelhante a outros realizados no Brasil e no mundo. E ainda que retrate algo ideal, mostra que o potencial de reciclagem é alto enquanto o aproveitamento não: apenas 13%, ou 7,3 milhões de toneladas, dos resíduos sólidos urbanos voltam para a cadeia produtiva, de acordo com o Cempre (Compromisso Empresarial para Reciclagem).

A falta de padronização da produção nem é o maior empecilho da reciclagem. Os principais são pouco volume, falta de tecnologia a um custo razoável e coleta seletiva insuficiente. Alumínio, papelão e PET, que suprem os dois primeiros fatores, são os materiais que apresentam a maior taxa de reaproveitamento no Brasil (veja quadro na pág. 27) – e nem seria preciso escrutinar pesquisas para saber disso. Basta acompanhar os catadores, que têm nesses produtos repasse garantido e dinheiro na

Análise amostral feita no aterro de Indaiatuba entre 2004 e 2005 mostrou que 91% do material ali encontrado era passível de transformação e reaproveitamento. Metade era lixo orgânico, que poderia ser destinado à compostagem

LIXO EM QUATRO ATOS

Destino de resíduos em Brasília, Vargem Grande do Sul (SP), Fernando de Noronha (meio, à dir.) e no Rio de Janeiro, no Jardim Gramacho, o maior aterro do país

mão. Contudo, respondem por apenas 30% do volume que é reciclado hoje. Os outros 70% são diluídos em uma série de outros materiais que não chegam a alcançar um volume competitivo. Plástico não PET, por exemplo, recicla só 21,2%. PET é 55%.

Também pesa o grau de informalidade dos catadores. Tanto que é difícil até medir quantas pessoas trabalham desse modo no Brasil. As estimativas variam de 78 mil, para o IBGE, a 1 milhão, para o Ministério de Desenvolvimento Social. Apesar disso, são elas que movem a reciclagem hoje no país. De acordo com o Cempre, que tem 700 cooperativas cadastradas, para cada tonelada de material recolhida por prefeituras para reciclagem, cinco toneladas são coletadas por catadores.

O reconhecimento de que eles são parte importante para a resolução do problema está na lei. Com o fim dos lixões e a construção de aterros – onde eles não poderão atuar –, a política nacional estimula o apoio às cooperativas de catadores. O desafio, no entanto, será absorver os autônomos nessas associações.

Descrença na coletividade

É o que mostra a experiência de pesquisadores como o geógrafo Antonio Cezar Leal, coordenador de um grupo de pesquisa sobre gerenciamento de resíduos na Unesp em Presidente Prudente. Desde 2001, ele organiza catadores que coletam recicláveis nas ruas e em lixões e auxilia na implantação de coleta seletiva nos municípios da região. Até recentemente funcionava um lixão na cidade, agora fechado aos catadores para sua transformação em aterro sanitário.

Ao longo desses anos, Leal percebeu quão difícil é organizar os catadores em cooperativas devido à baixa compreensão que eles têm das vantagens do trabalho coletivo. “Eles têm uma certa descrença no poder público e na sociedade”, diz. “Se essas pessoas trabalham em condições precárias é porque foram sucessivamente perdendo alternativas de trabalho. Quando chegam a essa situação, têm muito sofrimento acumulado, com dificuldade para administrar sua vida.” Seu trabalho passa por levantar a autoestima desse público e

Marcus Japs/Penna

O novo caminho do lixo

A nova lei pressupõe a responsabilidade compartilhada da sociedade na gestão dos resíduos e estabelece que têm de ser esgotadas todas as possibilidades de reaproveitamento ou reciclagem dos resíduos. Só então o rejeito pode ir para aterros sanitários. Um dos instrumentos para isso é a logística reversa – o retorno e o reuso dos resíduos como matéria-prima – para pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, eletroeletrônicos e agrotóxicos. Embalagens também podem entrar no esquema. Mas para ser implementada, é preciso superar desafios em cada uma de suas etapas

A falta de volume e/ou de tecnologia disponível faz com que no mínimo metade dos resíduos com potencial de reciclagem não seja aproveitada

A matéria-prima revertida costuma ser mais cara para a indústria do que a matéria-prima virgem

Parte da indústria ainda tem preconceito quanto ao material reciclado, que acredita não ser bem aceito pelo consumidor

mostrar que as cooperativas são a melhor saída para mudarem de vida. E uma possibilidade efetiva de estarem no mercado de trabalho em novas condições.

Leal alerta que as cooperativas só vão alcançar sucesso de gestão e econômico se tiverem apoio das prefeituras, com contratos de prestação de serviço. “Surtem cada vez mais empresas oferecendo esse serviço. Corre-se o risco de os catadores, que historicamente fazem esse trabalho, ficarem excluídos da nova gestão.”

O modelo de inclusão desse grupo dentro da política nacional ainda carece de definições. Algumas serão dadas no Comitê Orientador de Logística Reversa, criado em fevereiro. Dinheiro, novamente, não é problema. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que há cinco anos tem uma linha de crédito de apoio a cooperativas, pode ampliar o apoio com repasse a prefeituras – contanto que haja projetos consistentes para aplicar a verba.

O banco já colocou R\$ 450 milhões à disposição em dois editais, porém apenas R\$ 40 milhões foram de fato alocados, como mostrou André Vilhena, diretor-executivo do Cempre, durante um workshop promovido pela ABLP (Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública) no início de março. O evento reuniu especialistas do setor para debater os desafios de implementação da nova lei. “Tempos atrás a gente corria nas empresas, de porta em porta, para pedir

apoio para cooperativas. Agora não há por que uma prefeitura não investir”, disse. E precisam investir, e muito, em recursos financeiros, humanos e sobretudo políticos. Segundo a ABLP, um investimento fixo em um aterro de pequeno a médio porte custa entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões. Já uma modelagem feita pela Abetre (Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos) e a Fundação Getúlio Vargas indica que o investimento inicial de um aterro sanitário, que receba em média de 100 a

2 mil toneladas por dia, gira em torno de R\$ 12 a R\$ 14 por habitante.

Para essa etapa, o R\$ 1,5 bilhão do governo federal deve bastar. O problema é manter os aterros depois, de modo a evitar que voltem a ser lixões, como ocorreu várias vezes no passado. No caso dos pequenos municípios, o Ministério do Meio Ambiente estimula a formação de consórcios – que fariam os custos caírem – e calcula um valor bem mais modesto para a manutenção do serviço: R\$ 5 a R\$ 10 mensais por família. Mas esse ônus as prefeituras terão de absorver ou repassar.

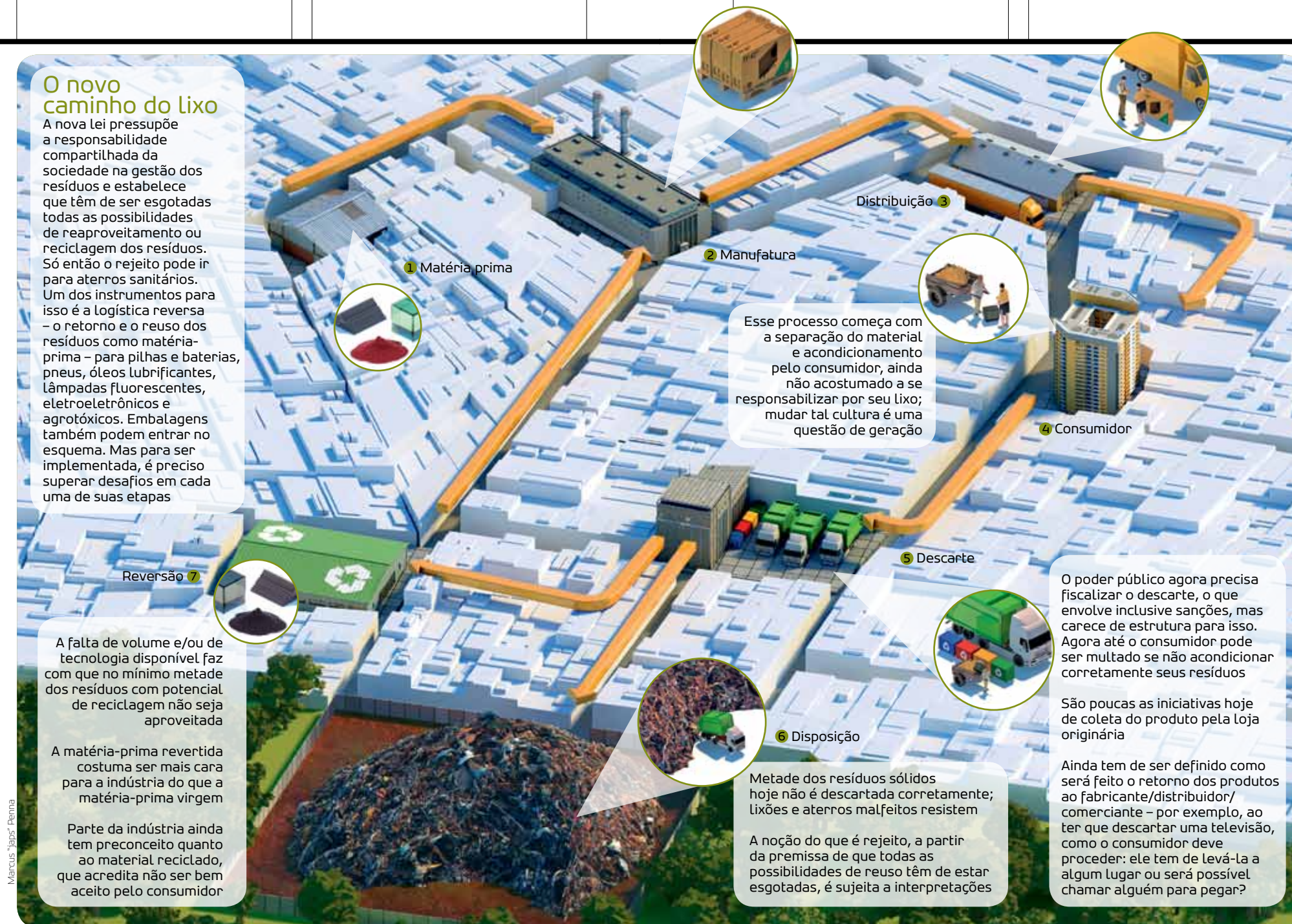
Impopular, mas necessária

“É uma questão política. Você não paga por água e esgoto tratado? Por que não pagar para ter gestão de resíduos de qualidade?”, defende Sérgio Gonçalves, do MMA. São serviços que poderiam ser bancados pelos impostos já pagos pela população, mas não são. “A prefeitura tem de optar onde investe os impostos.”

Mas esse é um ponto do qual hoje nenhum político quer passar perto. A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT) que o diga. Até hoje ela é criticada por ter instituído uma taxa do lixo – o que a levou a receber o apelido de “Martaxa”.

Contudo, para os especialistas reunidos no evento da ABLP, a cobrança virá, mais cedo ou mais tarde e de forma direta, como tentou Marta Suplicy, ou indiretamente, no IPTU. “A maioria das prefeituras brasileiras não cobra taxa do lixo, por achar que vai perder popularidade. Mas ela tem de existir”, enfatizou Vilhena. “Tentamos encontrar uma equação, estabelecer um parâmetro, para dar uma ideia da encrenca e orientar os prefeitos que tiverem coragem. As prefeituras, mesmo em consórcios, não vão mais poder viver só do fundo de participação.”

Para o presidente da Abetre, Diógenes Del Bel, “os prefeitos têm de parar de ter vergonha de oferecer limpeza para a população. Se oferecerem, a população vai comprar. Não é gastar dinheiro com lixo, mas com limpeza, com meio ambiente”. Ele compara, com certa ironia, os gastos com lixo – poucos, se se pensar nos ganhos – com o que é pago no Brasil em



Fontes: Abrelpe; Adilson Renólio (Engenharia Ambiental/Unesp Sorocaba); Sandro Mancini (Engenharia Ambiental/Unesp Sorocaba)



INCIPIENTE

A reciclagem de materiais no Brasil está bem abaixo do potencial; as usinas, como essa de São José dos Campos, reaproveitam só 13% dos resíduos gerados no país

1 MILHÃO

É o número estimado de catadores de materiais recicláveis no Brasil

torpedos de celular: R\$ 11 bilhões no ano passado, afirma.

Arioaldo Caodaglio, presidente do Selnurb (Sindicato Nacional de Empresas de Limpeza Urbana), presente no mesmo evento, concorda. Ele cita que a arrecadação média da taxa de limpeza urbana brasileira hoje é de R\$ 33/hab./ano, enquanto o gasto médio é de R\$ 88/hab./ano. É uma decorrência de uma interrupção de investimentos no setor, que não acompanharam as necessidades do sistema.

Na década de 1970, por exemplo, lembra ele, São Paulo tinha dois aterros, um incinerador e uma usina de compostagem; hoje só tem um aterro. “Tínhamos os equipamentos e hoje não temos mais. Esse atraso gera agora um acúmulo incrivelmente alto de investimentos que precisam ser feitos num curto espaço de tempo, a partir do princípio de que em 2014 os rejeitos têm de ir para o aterro sanitário. De onde virão esses recursos?”, questiona Caodaglio.

Se entre especialistas a questão está resolvida, falta discutir com a sociedade. Ela terá sua chance a partir de junho, data prevista para a abertura das consultas públicas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Dentro da correta gestão dos resíduos

– e da possível cobrança por ela – está também a criação de sistemas de coleta seletiva em todos os municípios do país. Atualmente apenas 994 municípios dos 5.565, ou menos de 18%, contam com algum tipo de sistema. E não valerá mais investir na coleta de um ou dois bairros, como hoje fazem algumas prefeituras: ela precisa ser ampla, irrestrita, universal, com o material disposto em centros de triagem adequados, fechando a cadeia de reaproveitamento com a indústria.

Berço a berço

Aqui também precisa entrar a logística reversa, um dos destaques da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A responsabilidade pelo descarte adequado do produto é compartilhada entre o consumidor e o fabricante. É um passo essencial dentro do conceito “berço a berço”, em que a matéria-prima é reaproveitada e volta para a produção, em um ciclo contínuo. “A solução é repassada ao consumidor”, diz Sandro Mancini, de Sorocaba. “A política mexe no comportamento do brasileiro. É uma mudança de atitude que demora uma geração para pegar.”

Mas antes disso será preciso resolver várias indefinições que pairam sobre como funcionará a logística reversa, alertam os

especialistas no setor. “Ouvimos as pessoas com muitas dúvidas, se elas têm de devolver o eletrônico na mesma loja dentro do shopping onde compraram. Não é assim que vai funcionar, claro, senão o pátio do estacionamento do supermercado vai virar um lixão, ou um aterro controlado”, brinca Vilhena, do Cempre. “Mas é preciso clarear isso, se não vai virar um monstro. E essa discussão passa pelos acordos setoriais.”

A lei estabelece a obrigatoriedade de estruturação e implantação de sistema para as cadeias produtivas de agrotóxicos (seus resíduos e embalagem); pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes (seus resíduos e embalagens); lâmpadas fluo-

“Os **prefeitos** têm de parar de ter **vergonha** de oferecer **limpeza** para a população. Se oferecerem, a população vai comprar. Não é **gastar dinheiro** com lixo, mas com **limpeza, com meio ambiente**”, diz Diógenes Del Bel, da Abetre, defendendo a **taxa do lixo**

rescentes (de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista); e produtos eletroeletrônicos e seus componentes. Essas duas últimas cadeias serão prioritárias, uma vez que terão de ser construídas do zero no país.

Todos os seis setores lidam com materiais tóxicos que, sem uma destinação correta, caem nos lixões – e que, de acordo com os planos do governo, não poderão cair nos futuros aterros sanitários. O tratamento também é diferente para cada um dos produtos. A reciclagem de eletroeletrônicos, por exemplo, exige reengenharia na separação, trituração e limpeza.

O Brasil ainda engatinha nessa área. Há deficiência na formação de pessoas e de polos de separação e tratamento que deem conta hoje do desafio. “A real ordem de grandeza que vamos trabalhar ainda é desconhecida, mas quanto antes soubermos, melhor”, afirma Adilson Renóbio.

O perigo não mora nos grandes fabricantes, ressalta o pesquisador. Ele estuda o encapsulamento de materiais tóxicos para reaproveitamento na construção civil e lembra que algumas pequenas e médias empresas ainda divulgam informações nebulosas sobre suas operações, inclusive sobre a origem da matéria-prima, o que pode atrapalhar na hora de transformar o produto. “Hoje solicitamos informações e enfrentamos segredos industriais.”

Com transparência, a universidade pode servir de centro de desenvolvimento de tecnologias para reciclagem dos produtos, repassando o conhecimento para incubadoras ou pequenas empresas e beneficiando o sistema.

Contudo, a reciclagem é o terceiro estágio previsto na correta gestão de resíduos. Antes estão a redução e a reutilização, que dependem de uma mudança de comportamento profunda do consumidor. Se hoje uma parcela da população pensa nesses três pontos de maneira integrada, especialmente as de maior renda e educação, uma nova camada da sociedade, a chamada “nova classe média”, vai às compras com sede – sem necessariamente pensar no que fará depois quando o produto quebrar ou se tornar obsoleto.

O consumo em 2010 dessa nova classe, que concentra 40% da renda brasileira,

foi de R\$ 864 bilhões, segundo estudo do instituto Data Popular. A cada R\$ 100 em despesas, R\$ 30 são destinados a produtos “premium”; 84% desse público têm telefone celular. O impacto não é especulação, como mostra o exemplo que vem dos Estados Unidos. Lá, apesar de reciclar-se muito, também se consome muito. O resultado está nos aterros, que começam a se aproximar de sua capacidade total.

“O volume descartado é cada vez maior. Há bons aterros, mas sem gestão correta eles rapidamente são convertidos em lixões. E mesmo sobre o conceito de aterro controlado – o estágio entre lixões e aterros sanitários –, não há muita clareza”, explica o professor Jorge Hamada, da Engenharia da Unesp em Bauru.

Por isso não adianta fechar os lixões sem construir os aterros sanitários adequados e treinar quem vai gerenciá-los, ou estruturar a coleta seletiva municipal sem construir centros de triagem do material, ou incluir os fabricantes no descarte sem educar a população. “Só realizar o encerramento de lixões e construir aterros não sustenta a política. O aterro volta a ser lixão em um ano e meio, dois anos, se não houver coleta, catadores incluídos, planejamento e estratégia”, explica Gonçalves, do MMA. Cada um dos pontos que integram a correta gestão dos resíduos precisa ser colocado em pé ao mesmo tempo, para funcionar como um time equilibrado em que cada jogador tem seu papel definido.

O governo federal também precisa estabelecer metas e regras claras de onde acaba a responsabilidade de um ator e de onde começa a de outro, a fim de soldar a inter-relação entre todos, e as esferas estaduais e municipais precisam estabelecer políticas integradas à lei federal. Paralelamente, a população precisa se apegar a essa chance de dar um salto de qualidade como sociedade, quebrar a sistemática terceirização do problema e assumir a responsabilidade por seu próprio lixo. Sem isso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos pode virar uma das inúmeras leis “que não pegam”, e o Brasil não pode ser dar tal luxo. Nem o sucesso de uma Copa do Mundo seria capaz de disfarçar o mau cheiro. **UC**



Resíduos em números

- Brasil gera mais de 150 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos diariamente – metade vai para lixões; 40% saem de cidades com mais de 500 mil habitantes
- Entre 55% e 60% em peso coletado hoje é matéria orgânica; na França são 23% e nos Estados Unidos, 12%
- Em 2009, aproximadamente 4% do lixo sólido orgânico urbano foi reciclado ou “compostado”
- 6,6% é o aumento de geração de resíduos sólidos *per capita* entre 2008 e 2009; no mesmo período, a população brasileira cresceu 1%
- 13% do lixo urbano foi reciclado em 2009; considerando só a fração seca (sem a matéria orgânica), essa participação sobe para 25%
- 98,2% das latas de alumínio são recicladas no Brasil; 80% do papelão e 55% do PET
- R\$ 1,3 bilhão foi movimentado em 2009 com a reciclagem de latas de alumínio para bebidas
- 58 municípios tinham, em 1989, algum tipo de sistema de coleta seletiva; em 2008 eram 994

Fontes: Abretpre, Cempre, IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social